


## Diálogos sobre internacionalização da educação superior e universidade: uma entrevista com Kyria Finardi

### *Dialogues on the internationalization of higher education and university: an interview with Kyria Finardi*

#### Entrevistador:

*Lucas Araujo Chagas\**

Doutor em Estudos Linguísticos. Professor Adjunto na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Membro do GPLIES.

 <https://orcid.org/0000-0002-2379-9156>

#### Entrevistada:

*Kyria Rebeca Finardi\*\**

Doutora em Linguística Aplicada em Inglês. Professora Associada no Departamento de Linguagens, Cultura e Educação (DLCE) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Presidente da AILA. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2

 <https://orcid.org/0000-0001-7983-2165>

**Recebido** em 07 de nov. 2024. **Aprovado** em 13 de nov. 2024.

#### Como citar este artigo:

CHAGAS, Lucas Araujo. FINARDI, Kyria Rebeca. Diálogos sobre internacionalização da educação superior e universidade: uma entrevista com Kyria Finardi. *Revista Letras Raras*. Campina Grande, v. 13, n. 5, e4773, dez. 2024. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.14563941>

**Lucas: Kyria, em primeiro lugar gostaria de dizer que é uma alegria poder dialogar com você sobre os movimentos de internacionalização e as diferentes questões que eles repercutem no cotidiano de nossas universidades. Acompanho a sua trajetória há muitos anos e tenho a certeza de que você contribuirá muito para desenvolvermos o tema do dossiê da Revista**

---

\*

 [chagas.luca@gmail.com](mailto:chagas.luca@gmail.com)

\*\*

 [kyria.finardi@gmail.com](mailto:kyria.finardi@gmail.com)

**Letras Raras. Te agradeço, desde já, por ter aceitado o convite para conceder esta entrevista.**

**Kyria:** Bem, eu é que agradeço a oportunidade de poder conversar sobre temas que são tão caros para mim e me sinto muito honrada de ser entrevistada.

**Lucas:** Para começarmos o nosso diálogo, vamos para uma questão mais abrangente. Quando olhamos para a sua trajetória acadêmica, observamos que você já transitou por diversas abordagens de pesquisa e lidou com diferentes objetos de estudo. Notamos, entretanto, que nos últimos anos você tem se dedicado, com bastante frequência, a pesquisas relacionadas à internacionalização na educação e aos diferentes elementos que são atravessados por ela. Quando surgiu o desejo por esse objeto de estudo e trabalho e o que tem te motivado a se consolidar como uma das maiores pesquisadoras brasileiras sobre o tema?

**Kyria:** Para responder a essa questão eu vou ter que voltar ao início da minha carreira acadêmica na universidade. Eu fiz o Mestrado e o Doutorado na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o Mestrado com ênfase na área de formação de professores e o Doutorado na área de Psicolinguística. No finalzinho do Doutorado eu prestei concurso na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e tive a felicidade de ser aprovada em ambas, fato que me demandou ponderar com cuidado onde deveria assumir. Eu me lembro que, na época, a UFRJ já tinha programas de pós-graduação em Letras e Linguística Aplicada e muitos trabalhos e pesquisas sendo desenvolvidas na área; já a UFES, não. Foi então que pensei: bom, quem sabe eu não possa ir para a UFES e ajudar a construir um programa de pós-graduação na área de Linguística Aplicada lá? E foi assim, então, que em 2009 eu assumi minha vaga de professora na UFES. Comecei a minha trajetória na instituição na área de formação de professores, em especial, com os componentes curriculares de Estágio Supervisionado em Letras Inglês, nos quais me mantenho até hoje.

Diferentemente daquilo que eu tinha imaginado ou sonhado, quando eu cheguei na UFES, em 2009, eu queria logo entrar para a pós-graduação, mas não fui incentivada. Na verdade, até eu terminar o meu estágio probatório, não fui liberada para criar uma linha de pesquisa de Linguística Aplicada (LA) vinculada ao programa de pós-graduação em Linguística que já existia. Tive que esperar, então, até 2012 para que eu pudesse me credenciar num programa de pós-graduação

com foco em LA. Eu me lembro que, nessa época (2011 e 2012), já existia, no Brasil, um interesse acadêmico e um foco muito grande na Internacionalização da Educação Superior, em virtude do lançamento do Programa Ciências Sem Fronteiras, o qual destinou mais de 100 mil bolsas para as áreas de Ciências Exatas, como uma forma de enviar alunos brasileiros, principalmente da graduação, para fora do país. Havia uma ideia de que a gente tinha que importar e buscar conhecimentos produzidos em universidades de excelência da Europa e Estados Unidos, como se nós não produzíssemos nada e não pudéssemos exportar ciência.

Naquele tempo eu fiquei atônita com o fato do Programa Ciências Sem Fronteiras (CsF) focar em apenas um tipo de público e ter sido apropriado pelas universidades apenas na vertente de importação de conhecimento e exportação de recursos com o envio de alunos, principalmente de graduação, apenas das áreas de exatas, ao exterior. Essa minha angústia fez com que eu iniciasse um movimento constante de diálogo com a reitoria da UFES e posteriormente com a Secretaria de Relações Internacionais da UFES, bem como com outras instâncias da universidade com o intuito de pensar em possibilidades para levar a internacionalização para outras áreas que não haviam sido contempladas pelo Ciências sem Fronteiras. Como todos sabemos, o Programa CsF não estava conseguindo enviar estudantes para o exterior em razão da baixa proficiência em Língua Inglesa dos estudantes brasileiros. Foi, então, diante desse cenário, que o Governo Federal criou em 2012 o Programa Inglês Sem Fronteiras que, se pensarmos bem, era como um “tapa-buraco” para tentar resolver a defasagem de proficiência em Língua Inglesa que impedia aos estudantes da área de exatas a participarem do CsF.

Diante desses acontecimentos, e em virtude das críticas feitas pelo fato de que ele dava enfoque apenas para uma área do conhecimento, o Programa CsF foi aberto para outras áreas e o mesmo aconteceu com o programa Inglês sem Fronteiras, o qual foi rebatizado de Idiomas Sem Fronteiras (IsF), em 2014. Nessa época, como eu já estava em constante diálogo com as diferentes instâncias da UFES, intensificamos o ativismo e negociação para trazer a área de Letras e a formação de professores para os movimentos de internacionalização que o Governo Federal estava delineando. Para que isso fosse possível, iniciamos um amplo trabalho para submeter propostas a editais de fomento à internacionalização, tendo como chave a formação linguística, e uma grande mobilização interna na UFES com os gestores locais no sentido de sensibilizá-los, na época, para que investimentos fossem feitos no âmbito da formação linguística para apoiar a internacionalização.

Na época foi lançada uma resolução do Conselho Nacional de Educação que colocava em xeque as licenciaturas duplas em Português e outras línguas em todo o país. É importante lembrar também que, até 2017, antes da mudança na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, era obrigatório o ensino de uma língua estrangeira no currículo da Educação Básica, mas não necessariamente o Inglês. Isso possibilitava que as escolas tivessem outras línguas estrangeiras no currículo, como o Espanhol, Francês, Italiano e Alemão, por exemplo. A obrigatoriedade da oferta do Inglês no currículo da Educação Básica e as implicações disso para as outras línguas e cursos de formação de professores de outras línguas, além do Inglês, foi algo que também me incomodou na época. Como eu vinha atuando na pós-graduação e na pesquisa desde 2012, com foco no papel dos idiomas no processo de internacionalização, minha pesquisa se ampliou para incluir questões como o papel do Inglês e impactos para outras línguas e conhecimentos produzidos nessas línguas, diante do cenário nacional e local vivenciado.

Volto um pouco no relato para dizer que quando o programa IsF começou a ser implementado nas universidades, lá em 2012, eu fui convidada para ser a coordenadora institucional dele na UFES e aí iniciei um ativismo, negociação e sensibilização com outros professores de línguas, já que, nessa época, ainda existiam outras línguas possíveis no currículo da Educação Básica e boa parte das universidades tinham cursos de licenciatura dupla em Português e outras línguas estrangeiras. Eu sentia que não podíamos ter uma perspectiva de internacionalização focada em apenas uma língua, como no caso do Programa Inglês sem Fronteiras. Então, como parte dessas negociações e após muitas conversas e sensibilização da comunidade acadêmica como um todo, foi ampliada a presença de outras línguas nos movimentos de internacionalização que as universidades estavam adotando. Isso se consolidou quando, em 2014, o Programa Inglês sem Fronteiras é rebatizado de Idiomas sem Fronteiras passando a ofertar outras línguas estrangeiras para a comunidade acadêmica, dentre elas o Espanhol, Italiano, Francês, Alemão e Japonês, se não estou equivocada. Além disso, as ações, a partir dessa época não eram mais só para as áreas duras, mas para todas as áreas do conhecimento, inclusive, para os cursos de Letras. Nesse contexto é que começamos um movimento forte para dar mais visibilidade e obter mais investimento para o ensino de línguas no Brasil com foco na internacionalização, aproveitando que a internacionalização estava na 'pauta' do governo.

Bem, podemos dizer que o Ciências Sem Fronteiras teve o mérito, apesar de todas as críticas e dos problemas que o programa teve, de colocar a internacionalização na pauta das universidades

brasileiras. E eu digo isso porque até 2011 e 2012, quando foi lançado o programa Ciências Sem Fronteiras, a gente podia contar em uma só mão o número de universidades que tinham a internacionalização na pauta de suas instituições. No Brasil, nós tínhamos apenas as grandes universidades, como, por exemplo, a UFMG, UFRJ e USP com programas próprios de internacionalização. Apenas elas faziam internacionalização e sabiam da importância dela para a universidade. Portanto, foi só depois do lançamento do programa Ciências Sem Fronteiras que a internacionalização virou pauta de discussão, de negociação e de políticas públicas e educacionais dentro das instituições. O programa CsF permitiu as universidades brasileiras verem a internacionalização como um princípio da ciência, ou seja, que ela tem que ser compartilhada e co-construída. Não é possível a gente pensar em apenas algumas áreas, algumas línguas, apenas alguns países ou apenas algumas pessoas fazendo parte desses diálogos e dessa construção.

Bem, mas voltando à pergunta, o meu envolvimento com a internacionalização se deu na prática através da minha atuação, experiência e vivência na universidade, quando, em 2012, participei da criação da Secretaria de Relações Internacionais (SRI) e da Divisão de Línguas da SRI, na UFES, na qual atuei como coordenadora por uma década. Em relação ao interesse teórico, no mesmo ano eu criei o grupo de pesquisa Educação, Multilinguismo, Internacionalização, Tecnologia e Inglês, o EMITI<sup>1</sup>. Assim que o meu departamento permitiu que eu me cadastrasse na pós-graduação, criei a linha de Linguística Aplicada dentro do Programa de Linguística e comecei a aglutinar pesquisadores, alunos, professores e colaboradores com interesses em fazer pesquisa sobre essas questões. Desde a minha graduação em Letras Inglês, eu tinha a visão de que a tecnologia, a internet e o Inglês, junto com outras línguas, mas principalmente Inglês como língua franca, têm um papel imprescindível na democratização e ampliação do acesso à informação e educação e uma verdadeira Internacionalização do Ensino Superior. Assim, houve uma convergência de vivências e contingências nacionais que permitiram tornar a internacionalização um foco de pesquisa e atuação/vivência, para mim.

Devo destacar que fui a primeira pesquisadora, que eu tenho conhecimento, a cadastrar um projeto de pesquisa no CNPQ com o tema de internacionalização, fato que me tornou uma das pioneiras na área de pesquisa em internacionalização no Brasil. Minha atuação nessa área me fez ser convidada para vários eventos, no Brasil e fora, para falar sobre internacionalização. Aonde

---

<sup>1</sup> Fonte: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/36995>. Acesso: 29 out. 2024.

eu ia eu incomodava todo mundo dizendo que a gente não pode ver a internacionalização como sinônimo de mobilidade física e que ela é algo muito mais amplo, que inclui muito mais atividades, práticas plurilíngues, uma diversidade de países e um diálogo muito mais abrangente. Enquanto nós tínhamos o financiamento para a mobilidade física do Ciências Sem Fronteiras, ou mesmo do Capes PrInt, que veio depois, ninguém me dava muita bola e os gestores continuavam usando os poucos recursos que a gente tinha para enviar uma mínima porcentagem da nossa comunidade acadêmica para fora. Em geral, menos de 1% dos alunos de universidades brasileiras conseguem se engajar em programas de mobilidade física. Então, se a gente pensar, a mobilidade física é uma atividade muito excludente, porque é para 1% apenas. Antes de termos um boom da Internacionalização em Casa (leC) eu já falava sobre a importância dela tentando mostrar para os gestores que me convidavam para conversar que, por meio da tecnologia, mais especificamente, da internet e do uso de línguas estrangeiras, era possível ampliarmos os diálogos, estratégias e recursos usando, por exemplo, o intercâmbio virtual para que toda a comunidade acadêmica possa se engajar na internacionalização, e não apenas o 1% que consegue recursos ou possibilidades para viajar para o exterior.

Apesar de estimular o intercâmbio virtual desde 2012, foi só em 2020, entretanto, com a pandemia, que tudo aquilo que eu vinha falando surtiu algum efeito, porque daí, com a suspensão das viagens por conta das regras de distanciamento social da pandemia, as universidades foram obrigadas a interromper e suspender a mobilidade física. Todo mundo teve que “se virar nos 30” para tentar continuar com as ações de internacionalização, por exemplo, através de intercâmbios virtuais e através da internet. Aquilo que eu já vinha pesquisando e propondo, como o uso de abordagens híbridas, ativas e intercâmbio virtual como estratégia de leC e internacionalização do currículo, as universidades brasileiras começaram a fazer em 2020 de forma forçada, por conta da pandemia. É preciso deixar registrado isso porque durante a pandemia vivenciamos várias tragédias, mas foi também uma época de muito aprendizado e oportunidades no campo da internacionalização. No meu caso, por exemplo, tudo aquilo que eu vinha falando em teoria e que vinha publicando sobre a necessidade de incorporar tecnologias nas abordagens de ensino, de formar professores que fossem capazes de incorporar e lidar com essas tecnologias no futuro, ou seja, tudo o que eu vinha falando desde 2012, pela primeira vez, consegui fazer na prática, porque até então eu só conseguia incorporar tecnologias e intercâmbio virtual, por exemplo, nas minhas disciplinas, na

minha prática, como uma atividade complementar, mas eu não podia fazer isso nas disciplinas obrigatórias e com os créditos obrigatórios.

Durante os dois anos da pandemia eu consegui utilizar todas as abordagens híbridas e ativas escancarando as portas e os muros da universidade tornando-a, literalmente, sem fronteiras. No caso da minha prática na UFES, como eu comentei, eu sou a professora responsável pela disciplina de estágio obrigatório, então, eu sou formadora de Professores de Inglês. Durante os dois anos da pandemia eu não tinha como levar os professores para as escolas, porque estava todo mundo em casa tendo aula apenas online. Então, eu tinha que pensar como é que eu podia dar aula e trazer a prática, a realidade da sala de aula das escolas para a minha realidade, sendo que os professores estavam isolados em casa também. E foi aí que eu tive a ideia de usar o intercâmbio virtual na minha disciplina de estágio supervisionado. Então, eu me conectei com outros cursos de formação de professores no exterior, que não estavam com o isolamento social, e, durante esses dois anos tivemos aula junto com um curso de formação de professores da Inglaterra; no outro semestre com a Espanha; no outro com a Turquia; no outro com o Chile. Nesse período tivemos muitas trocas, muito aprendizado e oportunidade de vivenciar um diálogo e a formação de professores sem fronteiras, como eu sempre tinha imaginado, através do uso da tecnologia e do Inglês como língua franca para estabelecer essas trocas. E não foram só em Inglês como língua franca, porque, por exemplo, quando a gente fez trocas com o Chile e com a Suíça, existiam grupos que se comunicavam em outras línguas, como o Português, Alemão, Francês, Espanhol, enfim, com as línguas nas quais os participantes podiam se comunicar.

Para mim, foi muito frustrante quando em abril de 2022 eu recebi um e-mail do meu departamento dizendo que a partir do dia seguinte seriam suspensas as regras de distanciamento social e que todos deveriam voltar ao presencial sem poder concluir os intercâmbios virtuais pois com o retorno ao presencial, qualquer atividade online era proibida. Lógico que eu fiquei muito feliz de poder voltar ao presencial e da pandemia ter terminado, mas com o retorno ao presencial a minha instituição, por exemplo, proibiu novamente qualquer forma de incorporação de tecnologias ou atividades online como parte das aulas. Então, tudo aquilo que eu já vinha incorporando e trabalhando dentro do currículo, eu tive que jogar novamente para a parte de atividades complementares, pois não se podia mais dar aula online, nem integrar tecnologias nas nossas aulas, nem usar abordagens híbridas. Tudo deveria ser só presencial. A sensação que eu tenho é como se tivéssemos “jogado fora o bebê junto com a água do banho”, porque durante esses dois

anos, depois de todo o sofrimento que tivemos para aprender a usar as tecnologias, para incorporá-las em nossas aulas, para usar abordagens híbridas, e tornar a internacionalizar acessível para todos por meio do intercâmbio virtual, exigiram que a gente voltasse para o presencial como se nada tivesse acontecido. Quando eu voltei ao presencial e tentei conversar com os meus colegas para tentar mostrar que a gente não podia voltar para o presencial como se nada tivesse acontecido. Um dos meus gestores me disse que eu deveria “parar de falar de online, de incorporação, de híbrido, porque, após dois anos de pandemia, todo mundo estava de ressaca do online” e nós já estamos em 2024, ou seja, dois anos se passaram e a ressaca continua. No meu caso, por exemplo, na UFES, a gente não tem permissão para fazer absolutamente nada online dentro do currículo formal. Eu continuo fazendo intercâmbios virtuais<sup>2</sup>, também conhecidos como COIL (Collaborative Online International Learning) ou VE (Virtual Exchange), pelas siglas em Inglês, todos os semestres na UFES, mas tenho que fazer isso como currículo complementar, aquele opcional, não dentro das disciplinas obrigatórias, tanto na graduação quanto na pós-graduação.

**Lucas: Ao longo da sua trajetória acadêmica como professora, pesquisadora, orientadora e liderança política na área de Linguística e Linguística Aplicada, qual trabalho você desenvolveu ou acompanhou que pode ser considerado um marco para os estudos em internacionalização na educação? Por quê? Comente sobre o trabalho.**

**Kyria:** Bem, eu tenho vários marcos, alguns profissionais, outros acadêmicos e outros da pesquisa. Dentro dos marcos acadêmicos na UFES, eu acho que eu posso citar 2012, o ano que eu criei a linha de pesquisa em Linguística Aplicada no PPGEL e que iniciei as primeiras pesquisas e orientações de Doutorado no Brasil na época. Meus primeiros orientandos a defender foram o Felipe Guimarães e Gabriel Amorim. Ambos são professores hoje, o Gabriel Amorim é professor da UFG e o Felipe Guimarães é professor da UFES. Eles produziram as primeiras teses de Doutorado sobre internacionalização na perspectiva da Linguística Aplicada que tenho conhecimento. O Gabriel, produziu uma matriz de autoavaliação para que as instituições de ensino superior pudessem se autoavaliar quanto à internacionalização, e o Felipe fez um levantamento e uma proposta de modelo de política linguística multilíngue para que as instituições não vissem o Inglês como sendo a única língua da internacionalização. Esses são dois trabalhos que marcaram

---

<sup>2</sup> Fonte: <https://www.kyriafinardi.com/en/coil-ve> . Acesso: 29 out. 2024.



muito as pesquisas do campo, não só porque foram as duas primeiras teses de Doutorado orientadas por mim e integrantes do meu grupo de pesquisa, mas porque ambas viraram referência no Brasil e no exterior (ambos foram premiados no exterior pelas suas teses).

Os outros marcos que eu tenho na minha carreira, além da criação da linha de pesquisa em Linguística Aplicada no PPGEL, é a criação da Divisão de Línguas dentro da Secretaria de Relações Internacionais da UFES, que tem um papel importantíssimo para a internacionalização da instituição. Outra coisa que marcou bastante a minha carreira foi quando, em 2018, eu assumi a presidência da Associação Brasileira de Linguística Aplicada (ALAB). Enquanto era presidente eu lutei muito contra a hegemonia do Inglês no currículo da Educação Básica, prevista pela BNCC. Inclusive, uma das pautas que eu tive durante a minha gestão na ALAB foi a proteção das outras línguas e do plurilinguismo na Educação Básica. Nós fizemos, durante o CLAFPL que foi realizado em Belém-PA, uma mesa-redonda para discutir a resolução do Conselho Nacional de Educação que orientada as licenciaturas duplas para ver como é que a associação poderia lutar para proteger o multilinguismo na Educação Básica. Além dessa atuação em âmbito nacional, no Brasil, a minha gestão na ALAB também foi muito importante para minha atual posição, hoje, como presidente da Associação Internacional de Linguística Aplicada (AILA). Em 2019, quando eu era presidente da ALAB<sup>3</sup>, participei, pela primeira vez, das reuniões anuais da Diretoria e Associações Nacionais da AILA. Eu me lembro que, na época, os representantes, no caso os presidentes das associações nacionais, estavam sentados num semicírculo e eu era a última, a menos visível do grupo e, por coincidência, a única representante da América Latina. Quando cheguei a minha vez de falar, comentei que achava muito estranho a AILA se dizer uma associação internacional tendo apenas um representante da América Latina e nenhum da África na época. Creio que meu comentário incomodou e impactou muito a AILA, tanto é que um ano depois, em 2020 criei a Associação Iberoamericana de Linguística Aplicada (AIALA)<sup>4</sup> e um ano após, em 2021, fui eleita vice-presidente da AILA e criei uma rede de pesquisa sobre multilinguismo, intercâmbio virtual e outros temas com os quais estava trabalhando<sup>5</sup>. Em agosto deste ano eu tomei posse como presidente da AILA<sup>6</sup>, num mandato de 9 anos – 2021-2024 como vice, 2024-2027 como presidente e 2027-

---

<sup>3</sup> Fonte: <https://alab.org.br/diretorias-anteriores> . Acesso: 29 out. 2024.

<sup>4</sup> Fonte: <https://aila.info/about/regionalization/aila-ibero-america/> Acesso: 29 out. 2024.

<sup>5</sup> Fonte: <https://aila.info/research/list-of-research/english-as-a-medium-of-education-multilingualism-and-the-sdgs-equity-diversity-and-inclusion/>. Acesso: 29 out. 2024.

<sup>6</sup> Fonte: <https://aila.info/aila-presidents-vision-2024/> . Acesso: 29 out. 2024.

2030<sup>7</sup> como ‘past’ presidente. A minha primeira ação, quando voltei da Malásia, onde foi o evento de posse agora em agosto de 2024, foi ir ao Chile para me reunir com colegas linguistas aplicados para criarmos a Associação Chilena de Linguística Aplicada. Uma das minhas pautas é justamente aumentar a visibilidade das associações nacionais de Linguística Aplicada da América Latina e África na AILA. Hoje posso dizer que já temos essas representatividades de associações no Chile, Colômbia e Paraguai, aqui na América Latina, uma associação em Ruanda, na África, e outra se candidatando na África do Sul. Eu fico muito feliz de ver a AILA efetivamente expandindo como instituição internacional e com maior representatividade do sul global e de falantes das línguas desses países.

Devo também destacar o meu ativismo e protagonismo na criação da AIALA que, apesar de ser uma das 4 associações regionais da AILA, para além da subscrição geográfica, tem como objetivo dar mais visibilidade para as línguas da região, principalmente o Espanhol, Português e as línguas indígenas e minoritárias que são faladas na região. A AIALA tem um foco linguístico mais do que geográfico, então a ideia é dar visibilidade para outras línguas que são faladas além do Inglês, dentro da AILA e na LA. Vale notar que como criadora e coordenadora da AIALA eu tenho sido contactada, por exemplo, por pessoas na Índia, na China, na Malásia, na África e em países fora da Iberoamérica que querem fazer parte da AIALA, mas que não querem fazer parte, por exemplo, da associação regional Asiática ou da associação regional Europeia. Então, para mim, a criação da AIALA foi outro marco importante na minha carreira. Se não mais, talvez tão importante quanto a minha gestão na ALAB e na AILA agora, que está expandindo essas sementes que eu plantei lá atrás.

**Lucas: Na sua visão, como pesquisadora do campo, se considerarmos os estudos sobre internacionalização na educação no contexto brasileiro e mesmo as políticas públicas brasileiras que a abordam nesses últimos 10 anos, no que evoluímos e no que ainda precisamos avançar?**

**Kyria:** Bom, creio que, apesar de o Programa Ciência Sem Fronteiras ter tido o mérito de colocar a internacionalização na pauta das instituições de Ensino Superior do Brasil, e isso é um mérito que a gente tem que reconhecer, a gente avançou muito pouco em termos de uma visão mais abrangente, mais situada e mais contextualizada da internacionalização. Como eu disse, se a

---

<sup>7</sup> Fonte: [https://aila.info/about/organization/executive\\_board/](https://aila.info/about/organization/executive_board/). Acesso: 29 out. 2024.

gente olhar para os últimos 10 anos, pelo menos, mesmo com a suspensão do Programa Ciência Sem Fronteiras, em 2016, e depois com a vinda do Capes PrInt, a internacionalização tem sido vista e praticada majoritariamente através de mobilidade física, o que, na minha opinião, é uma visão excludente, limitada e limitante da internacionalização. Eu acredito que precisamos ampliar as práxis de internacionalização para uma visão mais situada, contextualizada e local de modo que a gente possa parar de olhar para o outro e querer copiar modelos do Norte, que não nos beneficiam, e começar a olhar para as nossas demandas, a nossa identidade e como é que nós podemos, para nossa comunidade como um todo, e não só para aquele 1%, fazer uma internacionalização mais abrangente, crítica e situada. Então, para mim, esse é o grande desafio que temos.

Como comentei anteriormente, depois que a pandemia acabou, as instituições voltaram para seus cotidianos como se nada tivesse acontecido, desperdiçando a oportunidade que a pandemia trouxe de podermos incorporar as tecnologias e outras línguas no currículo e como veículos de diálogo com outras instituições e realidades. Vejo que resgatar os avanços que tivemos nessa época e naturalizá-los em nossas práxis docentes nas universidades brasileiras hoje é o nosso principal desafio. Além dele, ainda fazemos muita cópia de práticas de internacionalização e enviamos a maioria de nossos estudantes para o Norte global. Precisamos estimular e focar mais em cooperação Sul-Sul e ter uma visão de internacionalização como cooperação e não como competição, como nos vende o Norte. Precisamos nos desvencilhar da ideia de cooperação pautada em ranking, ou seja, de cooperar apenas com quem é melhor, quem está melhor e que está melhor na “fotografia”. Eu acho que no Brasil e na América Latina a universidade tem um papel diferente do que ela tem no Norte global. Aqui, a universidade tem o papel de formação humana e desenvolvimento social em face à necessidade de se dar uma resposta para os dilemas que vivenciam a sociedade na qual ela está instituída, principalmente as universidades públicas. Então, não se justifica essa visão neoliberal de internacionalização como financiamento do ensino superior e como competição ou corrida pelos rankings. Para mim, esses são os nossos principais desafios.

**Lucas: De que forma você acredita que os estudos decoloniais ou pós-coloniais têm possibilitado reinvenções nas percepções, práticas e pesquisas sobre internacionalização na educação no contexto brasileiro nesses últimos anos?**

**Kyria:** Eu acho que os estudos decoloniais ou pós-coloniais têm nos possibilitado ter uma visão mais situada, crítica, decolonial e democrática de sociedade e do que eu acho que deveria ser a internacionalização, que é colaboração e não competição, como comentei anteriormente. Creio que a grande vantagem e benefício que essas abordagens trouxeram para nós é uma forma diferente de vermos não só a universidade, mas também a ciência, a internacionalização e a sociedade. Como gosto de dizer, a proposta decolonial é a gente fazer pesquisa “com”, e não fazer pesquisa “sobre”. Isso muda tudo que sabemos sobre pesquisar e nos possibilita gerar pesquisas situadas, contextualizadas e sensíveis que propiciem respostas relevantes para o contexto em que a investigação ocorre. Os estudos decoloniais e pós-coloniais podem contribuir muito para construir uma visão mais colaborativa para as práticas de internacionalização nos próximos anos.

**Lucas: Temos notado um boom das inteligências artificiais nos discursos acadêmicos nesses últimos meses. Como você acredita que elas impactarão nas formas de se perceber, fazer e pesquisar a internacionalização na educação?**

**Kyria:** Eu creio que a inteligência artificial vai impactar não apenas na internacionalização, mas todas as áreas do conhecimento e todas as dimensões da nossa vida e da sociedade. Sabemos que a inteligência artificial usa um tipo de linguagem automática, que é baseada em evidências da linguagem humana, entretanto, eu temo que ela seja uma “faca de dois gumes”, pois, se mal utilizada, ela pode inibir a motivação para aprender outras línguas, por exemplo. No caso da internacionalização, a facilidade que ela promete na tradução de textos e formulação de respostas automáticas pode fazer com que os estudantes percam a motivação para aprender outros idiomas. Vou dar um exemplo. Eu comentei contigo, antes, que desde 2012 eu vinha sendo convidada, no Brasil e no exterior, para falar sobre internacionalização, principalmente com colegas das áreas duras, que eram as áreas que estavam envolvidas no Ciências Sem Fronteiras. Para esses colegas era muito importante publicar e ler em Inglês. Eu me lembro de uma conversa com um colega da física, que dizia que um físico, por exemplo, não precisa saber outros idiomas. Bastava ele saber Inglês, pois todos os textos que ele lia eram em Inglês. Ele dizia ainda que quando os físicos tinham que publicar eles pagavam pela tradução e era bem simples. Segundo ele, eles nem questionavam o uso de outros idiomas nas atividades de publicação, pois isso já era pressuposto que seria feito por tradutores.

Eu sempre argumentava com ele que se publicarmos apenas em Inglês deixamos de lado a sociedade para a qual a pesquisa deveria ser direcionada, já que nem todos têm acesso àquela

língua, e que a universidade estaria, diante disso, produzindo pesquisas para comunidades que não têm acesso a elas. Depois de uma década tocando nessa tecla, eu encontrei esse colega novamente no ano passado, e conversamos sobre como é que a inteligência artificial está sendo usada pelos colegas da área dura. Ainda brinquei com ele dizendo, “então, agora vocês não estão mais pagando para traduzir os textos, já que a inteligência artificial tem feito esse trabalho”. E ele me respondeu, “Kyria você não tem noção. É muito mais simples do que isso. Eu não estou traduzindo coisa nenhuma. Eu pego os meus dados, jogo no chat GPT e digo para ele ‘*write an article*’, e o Chat GPT já faz tudo para mim”. Tomando esse depoimento do meu colega como exemplo, meu medo é que o Chat GPT e outras ferramentas de inteligência artificial inibam não apenas a nossa motivação e engajamento para aprender outros idiomas, mas também para a gente escrever e para a gente usar o que eu acho que é uma das faculdades mais importantes do pesquisador, que é o pensar/ler/escrever em outros idiomas.

Se a gente entende que o número de idiomas que a gente fala são as realidades e os contextos nos quais a gente consegue compreender as coisas, a gente vai ver como o boom das inteligências artificiais utilizadas de forma acrítica pode limitar as nossas faculdades. Então, eu vejo o lado positivo, lógico, porque, por exemplo, muitas revistas que antes só publicavam em Inglês, agora, com a inteligência artificial, e sem ter os custos de se ter que pagar um tradutor, publicam mais traduções e mais artigos traduzidos artificialmente em outros idiomas. Como resultado, esses artigos passam a ter maior acesso e um público maior de leitores, entretanto isso pode ser um “tiro no pé” principalmente para nós que somos de línguas e de letras, porque eu acho que talvez isso iniba o que já era muito tímido, ou seja, a vontade do acadêmico brasileiro de aprender outros idiomas e ler e escrever neles. Se pensarmos no papel hegemônico do Inglês, o que que vai acontecer com as outras línguas? Se antes já era difícil a gente convencer e mostrar a relevância de aprender outros idiomas, agora, então, com inteligência artificial será mais difícil ainda. Penso que precisamos ser muito cuidadosos com a adoção pouco refletida das inteligências artificiais, principalmente na área de Letras que lida com a linguagem e as línguas.

**Lucas: As ferramentas de tradução e interpretação e as inteligências artificiais de escrita acadêmica têm sido consideradas, por alguns, como a solução para a baixa proficiência em línguas estrangeiras e a defasagem de letramento linguístico. Sabe-se que essas ferramentas, de fato, auxiliam muito os estudantes, contudo, elas não apagam as demandas de aprendizagem de línguas estrangeiras necessárias à operacionalização da**

**internacionalização na educação. Tendo isso em vista, de que forma você visualiza a necessidade de (re)politizarmos o ensino-aprendizagem de línguas com foco nesse contexto, em especial nas universidades brasileiras?**

**Kyria:** Como comentei anteriormente, essas ferramentas de tradução, interpretação e as inteligências artificiais têm um papel importante no auxílio à escrita e leitura acadêmica. Eu, por exemplo, não tenho condições, com a minha agenda de pesquisadora e professora da graduação e pós-graduação, de manter atualizada lendo 10, 15 artigos por semana. Eu não tenho condição de ler tantos textos, mas eu tenho condição de ler 10, 15 resumos e, muitas vezes, ferramentas de inteligência artificial ajudam no mapeamento de informações para que a gente possa, se não ler o artigo todo, ler resumos ou ver pelo menos quais são as tendências em certas áreas. Para isso, eu acho que a inteligência artificial é muito importante, mas a gente tem que ter muito cuidado para que ela não atrofie as nossas faculdades. Penso que, se eu aprendo a ler e escrever em português e em outro idioma e aprendo a usar o dicionário depois que eu estou aprendendo o outro idioma, o dicionário ou o tradutor podem ser uma ferramenta muito importante. Agora, se eu usar apenas o tradutor e o dicionário, sem tentar compreender os sentidos e as palavras no outro idioma, isso vai, a longo prazo, atrofiar a minha capacidade de aprender outro idioma ou de me expressar na minha própria língua, ou até mesmo num certo gênero, como é o caso da escrita acadêmica.

Como disse anteriormente, vejo muitas vantagens, mas também muito perigo associado ao uso indiscriminado antes que alguém aprenda certas faculdades e possua habilidades imprescindíveis, como a leitura e a escrita acadêmica em outro idioma. Para quem já fala, lê e escreve em outro idioma, acho que o uso de ferramentas como essa não é prejudicial, mas no início da carreira e da jornada acadêmica pode atrapalhar alguém a desenvolver a musculatura mental necessária para produzir essas habilidades de forma autônoma no futuro. Eu gosto muito da metáfora da borboleta em que um homem ao ver uma lagarta se debatendo no casulo fica com pena dela e abre o casulo. Em virtude disso a borboleta sai toda atrofiada e não consegue voar, porque as asas estão atrofiadas. O fato é que a lagarta precisa se debater várias vezes no casulo para criar musculatura nas asas e fortalecê-las, para só depois romper o casulo e voar. Da mesma forma que a borboleta, eu entendo o desenvolvimento humano. Precisamos criar a consciência de que a gente só usa certas estratégias, ferramentas e auxílios, depois que criamos musculatura e faculdades mentais para lidar com algo. Mas no início da carreira, para quem ainda está

aprendendo a escrever, a ler e a falar outro idioma, eu acho que pode ser muito perigoso usar a IA discriminadamente. Então, essas ferramentas têm que ser usadas com muita parcimônia e muito cuidado para que isso não ocorra.

**Lucas: Sabemos que os professores de idiomas têm um papel fundamental no desenvolvimento de práticas de interculturalidade e capacitação linguística para a internacionalização na educação. Mesmo assim, notamos pouco reconhecimento desses atores nas universidades e mesmo na educação básica. Muitos acabam investindo dinheiro do próprio bolso para custearem seus projetos, pesquisas e ações de ensino, ou sequer têm seus projetos citados quando as universidades e escolas em que trabalham expõem as ações que desenvolve no campo da internacionalização. Tendo isso em vista, de que forma você acredita que podemos politizar o trabalho dos professores de idiomas no contexto brasileiro, de modo que eles sejam vistos, valorizados e reconhecidos como agentes e mediadores imprescindíveis aos movimentos de internacionalização na educação?**

**Kyria:** Eu concordo que a gente sabe que os professores de idiomas, apesar do papel essencial e importantíssimo que eles têm no processo de internacionalização e no desenvolvimento de práticas interculturais no Brasil, não são vistos com essa importância. O fracasso do Ciências Sem Fronteiras, a meu ver, foi justamente pelo fato de o governo não ter reconhecido a importância que têm as humanidades, em geral, e as línguas, em particular, para o processo de internacionalização. E eu acho que a gente precisa mesmo mostrar e dar mais visibilidade para o papel dos professores de idiomas e para a formação de professores de línguas em si. Uma crítica que eu tenho feito desde o início da minha carreira é que a internacionalização da educação não deve começar no ensino superior e, sim, terminar nela, ou seja, ela começa na educação básica e culmina na educação superior. Eu sinto uma falta profunda de investimentos e políticas públicas de internacionalização da educação da educação ou desde a educação básica. Na verdade, não é nem da educação básica, mas sim desde a educação infantil até o ensino superior, ou seja, ela deveria culminar no ensino superior, e não iniciar no ensino superior, para que a gente possa ter o desenvolvimento de habilidades interculturais e linguísticas desde a educação infantil e educação básica. Para isso é imprescindível investir em formação de professores de línguas. Então, essa é a minha militância, é o meu ativismo e é o que eu faço dentro do meu quadrado e das minhas limitações na UFES.

Desde 2009, quando eu tomei posse na UFES, como professora, eu venho trabalhando com a formação de professores como responsável pela disciplina de estágio supervisionado e, apesar de não fazer parte do currículo ou da pauta oficial, eu sempre incluo questões de interculturalidade e de internacionalização no currículo da formação de professores, na esperança de que esses professores possam levar essa sementinha para a educação básica, para que essa árvore seja semeada e regada. Tem um ditado que eu gosto muito, que diz que trabalhar com educação é como plantar tâmaras. A gente planta tâmara e uma árvore de tâmaras demora mais de 100 anos para poder gerar os frutos. Então, quem planta uma árvore de tâmara não vai comer os frutos da árvore que está plantando. Eu tenho consciência de que muitos dos frutos que eu estou plantando como professora, como formadora de professores, não vão ser colhidos e testemunhados por mim enquanto professora, mas eu tenho muita fé que esses frutos germinarão e a crença de que o maior investimento sempre é aquele que a gente faz na educação, aquele que começa lá de baixo, da base. Não adianta a gente começar lá do topo.

**Lucas: A internacionalização na educação é um campo de pesquisas efervescentes em Linguística e Linguística Aplicada. Como pesquisadora da área, que possíveis objetos de estudo relacionados a ela você diria que podem surgir nos próximos anos?**

**Kyria:** Você tem razão. A internacionalização realmente é um campo muito fértil de pesquisas e possibilidades para a Linguística e Linguística Aplicada. Eu diria que não são somente os objetos de estudos que podem ser explorados nessa área, mas principalmente as abordagens e as perspectivas usadas. Por exemplo, usando abordagens decoloniais, é possível investigar relações de poder que estão entrelaçadas nesse processo, através de abordagens como a análise do discurso, o seja, pesquisar quais são os discursos, os imaginários que são constituídos e que constituem esse processo em diferentes contextos. Enfim, existe uma gama interminável de possibilidades. Creio que a gente tem na nossa área bastante “pano pra manga”, porque algumas instituições dão mais importância do que outras nesses processos. Vou te dar um exemplo básico do que eu tenho visto na minha instituição. Na UFES, em torno de 90% dos alunos internacionais que recebemos vêm de países hispano ou lusofalantes e, apesar disso, todos os anos eu, como professora de Inglês e que dou aula também em Inglês, sou assediada pelos meus *stakeholders*, e pelos gestores da minha instituição para oferecer cursos em EMI (*English as a Medium of Instruction*). Quando, eu digo, “gente, mas se nós recebemos pessoas que falam português ou espanhol, faria muito mais sentido a gente ofertar cursos nesses idiomas”, a justificativa que



recebo é que o público que eles querem atrair é um público diferente do que nós já estamos atraindo, justificando assim a necessidade de ofertarmos cursos em Inglês. Então, a maneira como cada instituição vê o processo de internacionalização, as estratégias que cada instituição usa e as línguas mais ou menos importantes em cada uma mostram também como é que esse processo pode ser analisado com abordagens e com pesquisas dentro da nossa área.

**Lucas:** No início da entrevista você mencionou que ao se concursar e chegar na universidade sofreu algumas interdições para iniciar, de imediato, a sua trajetória na pós-graduação e pesquisa. Sabemos que as universidades brasileiras ainda estigmatizam jovens professores e pesquisadores e, em alguns casos, notamos até mesmo um “etarismo reverso” no qual apenas os mais antigos de casa têm acesso à verticalização. Essa cultura acadêmica, de certo modo colonial, parece um pouco injusta com os professores e pesquisadores recém-chegados, já que hoje vivemos em um outro tempo da universidade, em que os que querem trabalhar nela escolhem essa trajetória de carreira ainda na formação inicial e se dedicam bravamente para chegar nesse lugar. Ao se concursarem chegam cheios de desejos, mas acabam se frustrando com as interdições. Enquanto alguém que tem uma vivência bastante ativa no cenário político da pesquisa e associação de classe acadêmica, como você avalia esse cenário e como você visualiza que podemos intervir nele para que as universidades sejam mais democráticas, leais à juventude e intercompreensivas com os recém-chegados?

**Kyria:** A resposta para essa pergunta talvez seja um pouco mais longa e complexa, porque isso está relacionado com a rigidez e a estrutura das universidades públicas e o plano de carreira dos pesquisadores e professores universitários no Brasil. Eu não sei se eu comentei isso nas perguntas anteriores, mas é interessante a gente notar e pensar que no Brasil a gente não tem a carreira de pesquisador. Temos apenas a carreira de professor universitário. Em virtude disso, qualquer pessoa que queira trabalhar na universidade pública e que queira fazer pesquisa vai ter que primeiro fazer um concurso para professor e, nesse concurso, ainda que eles vejam a produção científica e a trajetória de alguém como pesquisador, as instituições estão preocupadas mesmo é com a questão da docência, apesar da progressão de carreira ser feita, em tese, pelo tripé, ensino, pesquisa e extensão, algumas instituições focam apenas no ensino como componente obrigatório para progressão. Embora os professores universitários tenham que se dedicar a esse tripé, é bem claro que o concurso é feito para o ensino, então, é perfeitamente

possível alguém ser preparado, passar no concurso e ser promovido, desde que dê aula e ainda que faça pesquisa, nem extensão.

Ainda que seja possível um professor universitário dar aulas sem ter projeto de pesquisa e extensão, a recíproca não é verdadeira. Não é possível ser apenas um pesquisador, por exemplo, e ter só um projeto de pesquisa ou extensão, ou ambos, para cumprir as atividades trabalhistas. Em virtude disso, as universidades públicas mostram claramente qual é a importância que elas dão para o ensino, para pesquisa e para extensão. Nessa ordem e nessa hierarquia. Então, um professor, quando faz um concurso, como é o meu caso, por exemplo, tem que primeiro fazer um concurso para universidade, aceitar a se envolver com os encargos de ensino, para só depois desenvolver pesquisa. Em muitos, casos ele só é liberado para fazer pesquisa e se credenciar na pós-graduação, depois que sair do estágio probatório. Destaca-se também que ele não será abonado de nenhuma atividade para se dedicar à pesquisa e não receberá nada a mais por isso. Eu, por exemplo, que sou responsável por uma disciplina de 200 horas na graduação, ainda tenho encargos na pós-graduação e atuei durante uma década em dois programas (PPGEL e PPGE). Trabalho a mais e não recebo um tostão a mais. Lembro, ainda que só somos desligados da instituição como professor se não dermos aula na graduação. Então, se eu não tiver projeto de pesquisa ou extensão, não há problema para me manter na universidade, mesmo que eu não esteja dando conta desse tripé, como eu comentei.

Essa é uma situação desfavorável para a pesquisa no Brasil. Em geral, os professores se credenciam nos programas de pós-graduação, sem abatimento nenhum nos seus encargos na graduação, não recebem um tostão a mais por isso e nem incentivo e nem, digamos, uma retribuição, pelo trabalho que fazem na pesquisa. Para poder financiar minha pesquisa e ampliar as possibilidades para meus alunos na forma de cotutela, de bolsas, inclusive de uma assinatura de Zoom ou de SurveyMonkey, por exemplo, para realizar as minhas coletas de dados e os meus intercâmbios virtuais, eu tenho que me candidatar e concorrer a editais externos como FAPES, CAPES e CNPQ, porque da instituição em si, a gente não tem apoio para isso. Quando calculo o trabalho triplicado e vejo que a minha remuneração é a mesma de colegas que só fazem o mínimo, que é dar aula na graduação, é um pouco frustrante, porque no fundo, os rankings universitários olham a pesquisa para fazer a avaliação institucional. Ou seja, alguns trabalham na pesquisa, mas todos levam os louros quando a instituição ou o curso recebe nota boa nas avaliações da CAPES.

Eu diria que enquanto as universidades, principalmente as públicas, tiverem esse plano de progressão, de contratação e de concurso, a situação ainda será desigual e precária para quem gosta de pesquisa e extensão. Você lembra que eu comentei que quando eu cheguei aqui no Espírito Santo eu queria muito abrir a linha de pesquisa em Linguística Aplicada, porque não tinha um programa de pós-graduação de Letras, mas como eu estou sediada no Departamento de Educação, só me foi permitido fazer isso depois que eu terminei o probatório. E aí eu criei, então, essa linha de pesquisa no PPGEL, no programa de Linguística, desde que me credenciasse também e trouxesse também no programa de Educação (PPGE). Então, durante 10 anos eu fiquei credenciada nos dois programas (PPGEL/PPGE), ou seja, eu tinha que dividir o número de orientandos, dar disciplina e fazer tudo nos dois programas, e isso junto com meus encargos na graduação e junto aos projetos de extensão. Chegou um momento em que eu não aguentei mais dois programas, mais de dez orientandos, 200 horas na graduação, e a coordenação de programas como o IsF e a Divisão de Línguas na SRI da UFES, sem nenhuma isenção na graduação. Então, eu tive que deixar um dos programas, que teve que ser o de Linguística, porque o de Educação, como faz parte do meu local de lotação no concurso eu não posso deixar.

Realmente é muito difícil a situação de professores que também querem ser pesquisadores. Eu sei que tem instituições que não são tão rígidas e que, de repente, é mais fácil do que outras, até porque elas têm mais professores para negociar essa isenção e essa atuação na graduação, mas essa é a realidade onde eu estou no momento.

**Lucas: Outro dilema que recorrentemente discutimos é a presença da mulher na ciência. Sabemos que as mulheres enfrentam uma jornada dupla e, em muitos casos, se abdicam de experiências internacionais por terem filhos e se sentirem inseguras para saírem das proximidades de casa. Em outros casos, elas renunciam a suas vidas pessoais e de suas famílias para se dedicarem à ciência e lutarem pelo respeito nesse ambiente que é, ainda, muito competitivo e pouco humano. Como pesquisadora e acadêmica, que políticas você consegue visualizar em um futuro breve, para que possamos aumentar a equidade das mulheres na academia, ciência e nos movimentos de internacionalização?**

**Kyria:** Você tem razão com relação a possibilidade de inclusão e desigualdades com as mulheres na academia, na ciência, enfim. Eu sempre digo para as minhas colegas que possivelmente se eu tivesse filhos e, no período que eu tive que cuidar dos meus pais, por exemplo, se eu tivesse que ter uma produção mais pesada, possivelmente eu não teria condições de ter feito isso e ter

chegado aonde eu cheguei. Eu sei que os encargos com o cuidado da família geralmente recaem de forma muito mais pesada sobre a mulher e eu sei que muitas universidades lá fora já têm planos de equidade, por exemplo, para recompensar a mulher por dois anos após a maternidade ou a jornada flexibilizada. Isso é o caso também, no Brasil, em algumas instituições. Tivemos alguns avanços, por exemplo, no Lattes, de modo que é possível às mulheres registrarem quando elas estão em licença maternidade, fato que faz com que elas sejam avaliadas de forma diferenciada. No meu programa de pós-graduação, por exemplo, as mulheres que dão à luz ou que adotam uma criança, durante dois anos elas vão ter um outro critério e uma outra avaliação na sua produção.

Vejo com bons olhos iniciativas como essa que nós tivemos da plataforma Lattes e de vários programas de pós-graduação. Noto, ainda, que muitas universidades estão incorporando em seus editais ações afirmativas de inclusão de gênero. Por exemplo, no último processo seletivo que tivemos aqui na UFES houve cotas para negros, indígenas e candidatos com algum tipo de deficiência. Isso nos mostra que, aos poucos, avançamos não só em inclusão de gênero, mas até mesmo na inclusão da própria diversidade, o que eu acho necessário e importante nas instituições de ensino superior.

**Lucas: Kyria, em nome da Revista Letras Raras, e das professoras organizadoras do volume, eu gostaria de agradecer-lá pela conceção da entrevista e dizer que a sua fala é sempre inspiradora. Certamente as suas reflexões contribuirão muito para que possamos pensar sobre os movimentos de internacionalização nas universidades e na educação básica, a universidade em si, a carreira docente, a diversidade e inclusão no ambiente acadêmico e tantas outras questões caras ao processo de reinvenção das instituições de educação superior, pelos quais estamos atravessando. Ademais, a sua trajetória de vida e profissional também é um exemplo para que sigamos firmes e fortes na busca do empoderamento político dos professores de línguas e professores formadores na área de Letras e para que eles sigam firmes nos proposito de construirmos uma cultura multilíngue para o Brasil. Muito Obrigado!**

**Kyria:** Lucas, sou eu quem agradece a possibilidade de poder travar esse diálogo por meio deste espaço ofertado pela tua entrevista. Gostaria de concluir, voltando para o tema central “internacionalização”, reconhecendo que, ainda que alguns autores entendam a

internacionalização como sendo a quarta missão da universidade<sup>8</sup>, eu não a vejo assim. Para mim, ela faz parte do tripé da universidade e, portanto, deveria estar presente nas ações de ensino, pesquisa e extensão e, de forma mais ampla, na sociedade como um todo. Se pudéssemos pensar a internacionalização como um processo de maior cooperação e diálogo entre povos, saberes e línguas, talvez o cenário mundial atual de guerras e crises de relevância da universidade fossem diferentes...eis o porquê, para mim, promover esse diálogo é minha forma de “plantar tâmaras” ...ou “jabuticabas” 😊!

---

<sup>8</sup> SANTOS, Fernando Seabra; DE ALMEIDA FILHO, Naomar. **A quarta missão da universidade: internacionalização universitária na sociedade do conhecimento**. Imprensa da Universidade de Coimbra/Coimbra University Press, 2012.